

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA

DISCIPLINA
ANÁLISE FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NO SETOR PÚBLICO
RESUMO
<p>A grande responsabilidade do governo é proporcionar bem-estar à coletividade, e para que isso possa ocorrer é necessário que seja feito um planejamento dos programas a serem desenvolvidos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (101/2000), em seu artigo 1º, informa que a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, salientando a importância dos instrumentos orçamentários na área pública (Brasil, 2000). Esses instrumentos são o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que estão previstos na Constituição Federal (CF) de 1988, no seu artigo nº 165: “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais” (Brasil, 1988). Algo importante nesse trecho da CF é que os instrumentos orçamentários são iniciados pelo poder executivo, e não legislativo, apesar de serem leis ordinárias, e sempre aprendemos que leis são elaboradas pelo Poder Legislativo.</p>
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>AULA 1 INTRODUÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS CONTROLE INTERNO E EXTERNO GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GESTÃO PÚBLICA ESTRUTURA DA NOVA GESTÃO PÚBLICA (NGP)</p> <p>AULA 2 INTRODUÇÃO INFORMAÇÃO FINANCEIRA GOVERNAMENTAL E PARA LEVANTAMENTO DE BALANÇOS BALANÇO ORÇAMENTÁRIO NO SETOR PÚBLICO (BO) BALANÇO FINANCEIRO NO SETOR PÚBLICO (BF) BALANÇO PATRIMONIAL NO SETOR PÚBLICO (BP)</p> <p>AULA 3 INTRODUÇÃO DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC) DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (DMPL) NOTAS EXPLICATIVAS (NE) CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS NO SETOR PÚBLICO</p> <p>AULA 4 INTRODUÇÃO ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA PÚBLICA ANÁLISE DE CAIXA NO SETOR PÚBLICO ANÁLISE DA DÍVIDA PÚBLICA ANÁLISE FINANCEIRA E DO PATRIMÔNIO NO SETOR PÚBLICO</p> <p>AULA 5</p>

INTRODUÇÃO

RECEITA E SUA FUNÇÃO NO EQUILÍBRIO FISCAL
COMPETÊNCIA E PANORAMA DAS RECEITAS NO BRASIL
COMPONENTES DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO
INDICADORES DE ANÁLISE DA RECEITA NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO
GASTOS PÚBLICOS E EFICIÊNCIA DOS GASTOS
ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NO SETOR PÚBLICO
NECESSIDADES DA COMUNIDADE
RESULTADO ECONÔMICO NO SETOR PÚBLICO

BIBLIOGRAFIAS

- DENHARDT, R. B. Teorias da administração pública. São Paulo: CengageLearning, 2011.
- BRASIL. Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm.
- BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=101&ano=2000&ato=fe3UzYU1EMNpWTcee>.

DISCIPLINA

VIGILÂNCIA EM SAÚDE PÚBLICA

RESUMO

O conceito de vigilância como um instrumento de saúde pública surgiu no final do século XIX, com o desenvolvimento da microbiologia e como conhecimento sobre a transmissão de doenças infecciosas (Arreaza; Moraes, 2010) e está historicamente relacionado aos conceitos de saúde e doença vigentes em cada época e lugar, às práticas de atenção aos doentes e aos mecanismos adotados para impedir a disseminação de enfermidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL
O PROCESSO SAÚDE-DOENÇA
RISCO
POLÍTICA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

AULA 2

INTRODUÇÃO
COLETA DE DADOS E INFORMAÇÕES
NOTIFICAÇÃO
DEFINIÇÕES RELEVANTES
IMUNIZAÇÕES

AULA 3

INTRODUÇÃO
CONCEITOS BÁSICOS
ANVISA
AÇÕES E ÁREAS DE ATUAÇÃO DA ANVISA
COMPETÊNCIAS

AULA 4

INTRODUÇÃO
OBJETIVOS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL
VIGILÂNCIA AMBIENTAL NO BRASIL
SANEAMENTO BÁSICO
DOENÇAS RELACIONADAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
A SAÚDE DO TRABALHADOR
ACIDENTES DE TRABALHO
PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO
RISCOS QUÍMICOS

AULA 6

INTRODUÇÃO
DOENÇAS DE BAIXA INCIDÊNCIA E ALTA IMPORTÂNCIA
SARAMPO
DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS
DOENÇAS E AGRAVOS NÃO TRANSMISSÍVEIS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Lei n. 1.261, de 31 de outubro de 1904. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 5.158, 2 nov. 1904. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-1261-31-outubro-1904-584180-publicacaooriginal-106938-pl.html>.
- Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990. Diário Oficial da União, Brasília, p. 18.055, 20 set. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm.

DISCIPLINA:

FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

Este material busca discutir de que forma o Estado, dentro de suas funções e nas diferentes concepções acerca de seu papel no mundo contemporâneo, pode promover uma gestão pública de excelência, visando contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão. Também vamos estudar como tais políticas podem ser adotadas enquanto políticas de governança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
FORMAÇÃO DO ESTADO E DO GOVERNO

A FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO
RELAÇÃO ENTRE ESTADO, SOCIEDADE E GOVERNO
ESTRUTURAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

INTRODUÇÃO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMPARADA
GESTÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL
PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E CIDADANIA
FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 3

INTRODUÇÃO
GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL
PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA GERENCIAL
FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA GESTÃO PÚBLICA
INTRODUÇÃO ÀS PRINCIPAIS LEGISLAÇÕES

AULA 4

INTRODUÇÃO
PRINCÍPIOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO
LEI ORÇAMENTÁRIA E SEUS CONCEITOS
CONTEXTOS, DEFINIÇÕES E OBJETIVOS DO ORÇAMENTO PÚBLICO
FUNDAMENTOS LEGAIS E FUNCIONAMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO
PARTICIPATIVO

AULA 5

INTRODUÇÃO
O DIREITO À CIDADE E A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS CIDADES
GESTÃO PÚBLICA PARTICIPATIVA NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL
CONSELHOS E CONFERÊNCIAS MUNICIPAIS
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AULA 6

INTRODUÇÃO
DIRETRIZES DA LEGISLAÇÃO
CANAIS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL PARA ANÁLISE DO SERVIÇO PÚBLICO
PLEBISCITO, REFERENDO E INICIATIVA POPULAR
CONCLUSÕES

BIBLIOGRAFIAS

- MEIRELLES, H. L. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2009.
- SANTOS, C. S dos. Gestão pública participativa. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- COSTA, L. de F. L. G.; CAMELO, G. L. P. Gestão pública participativa: aspectos de governabilidade e interação político-social. Hologos, ano 26, v. 2, 2010. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/327>.

DISCIPLINA

IMPLANTAÇÃO DE MODELOS DE COMPLIANCE EM ORGANIZAÇÕES HOSPITALARES

RESUMO

A temática do compliance vem sendo bastante discutida, tanto no âmbito corporativo quanto na seara acadêmica. Se antes apenas grandes empresas com ações negociadas em bolsas de valores e instituições financeiras se preocupavam com o compliance, hoje milhares de organizações, de diferentes setores, independentemente do porte e mesmo sem finalidade lucrativa, também estão implantando modelos de compliance em seus ambientes institucionais. Veremos então que a discussão em torno do compliance é recente no Brasil e veio à tona quando graves escândalos de corrupção envolvendo a administração pública começaram a ser revelados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

TEORIAS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

OS QUATROS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA

A EVOLUÇÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL

MECANISMOS DE CONTROLE

AULA 2

INTRODUÇÃO

PROGRAMA DE COMPLIANCE/INTEGRAÇÃO

COMPLIANCE NA ÁREA DA SAÚDE

RESPONSABILIDADES NA LEI ANTICORRUPÇÃO Nº 12.846 DE 2013

ACORDO DE LENIÊNCIA

AULA 3

INTRODUÇÃO

ISO 19600 DE 2014 E ISO 37001 DE 2016

ISO 45001 DE 2018 (SISTEMAS DE GESTÃO DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL)

COMPLIANCE NA SAÚDE OCUPACIONAL

CONFORMIDADE E INTEGRIDADE NA ÁREA DA SAÚDE

AULA 4

INTRODUÇÃO

GESTÃO DE RISCOS NAS ORGANIZAÇÕES HOSPITALARES

MODELO COSO DE GERENCIAMENTO DE RISCOS CORPORATIVOS

PRINCIPAIS RISCOS E CONTROLES CORPORATIVOS

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

AULA 5

INTRODUÇÃO

O DIREITO CONSTITUCIONAL À INTIMIDADE E À PRIVACIDADE

A LGPD BRASILEIRA: CONCEITOS, APLICAÇÃO, PRINCÍPIOS; AGENTES E HIPÓTESES

OS DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS E A SISTEMÁTICA DE RESPONSABILIDADES E

AS APLICAÇÕES DA LGPD AO SETOR DE SAÚDE

AULA 6

INTRODUÇÃO

COMPLIANCE E ERRO MÉDICO – RESPONSABILIDADE CIVIL

COMPLIANCE CRIMINAL NA ÁREA DA SAÚDE – RESPONSABILIDADE PENAL
COMPLIANCE REGULATÓRIO
COMPLIANCE CONTRATUAL/TRABALHISTA

BIBLIOGRAFIAS

- MACHADO, M. R. R.; GARTNER, I. R. Triângulo de fraudes de Cressey (1953) e teoria da agência: estudo aplicado a instituições bancárias brasileiras. Revista Contemporânea de Contabilidade, Florianópolis, v. 14, n. 32, 2017.
- NEVES, E. C. Compliance empresarial: o tom da liderança. 1. ed. São Paulo: Jurídicos Trevisan, 2018.
- INSTITUTO ÉTICA SAÚDE. Quem somos. Disponível em: <https://eticasaude.org.br/QuemSomos>.

DISCIPLINA:

GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO EM RH

RESUMO

Nesta disciplina vamos abordar os seguintes temas: Introdução à gestão de pessoas, visão geral da gestão de pessoas. Papel da área de recursos humanos. Processo evolutivo da gestão de pessoas. Gestão de Pessoas no Brasil. Tendências e perspectivas para a gestão de pessoas. Planejamento estratégico de RH. Gestão de talentos. Processos de movimentação de pessoas, recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento de pessoas, avaliação de desempenho e valorização de pessoas. Gestão por competências. Processos de orientação e acompanhamento de pessoas. Educação corporativa. Desenvolvimento organizacional. Segurança e saúde no trabalho. Qualidade vida no trabalho. Motivação e retenção de talentos. Gestão por competências. Mapeamento e implantação de competências. Ética na gestão de pessoas. Indicadores de recursos humanos, consultoria em recursos humanos, tendências e desafios em recursos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO A GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
EVOLUÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
PAPEL DO RH
GESTÃO DE RH NO BRASIL
TENDÊNCIAS DA GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

AULA 2

PLANEJAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
GESTÃO DE TALENTOS
RECRUTAMENTO DE PESSOAS
SELEÇÃO DE PESSOAS
TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

AULA 3

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
MÉTODOS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
TIPOS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO
EDUCAÇÃO CORPORATIVA
DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

AULA 4

HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO
SAÚDE NO TRABALHO
QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
MOTIVAÇÃO NO TRABALHO
PROCESSOS PSICOSSOCIAIS NO TRABALHO

AULA 5

ÉTICA NA GESTÃO DE PESSOAS
NOÇÃO DE COMPETÊNCIAS
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS
GESTÃO DE PESSOAS POR COMPETÊNCIAS
MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS

AULA 6

INDICADORES DE RH
CONSULTORIA E AUDITORIA EM RECURSOS HUMANOS
FERRAMENTAS DE RH PARA GERENCIAR A ÉTICA
INDICADORES DE RH E BENCHMARKING
SISTEMAS DE TRABALHO DE ALTO DESEMPENHO

BIBLIOGRAFIAS

- PEQUENO, Álvaro. Administração de Recursos Humanos. 1a ed. São Paulo: São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.
- DESSLER, Gary. Administração de Recursos Humanos. 3a ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

DISCIPLINA:

AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCO EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE

RESUMO

Antes de conceituar o que é risco, necessitamos de uma reflexão: afinal de contas, o risco é algo negativo? A resposta é não: um risco pode tanto ter consequências negativas quanto positivas. Por exemplo, ao comprar um bilhete de loteria, você pode ter dois tipos de risco: ganhar ou não ganhar o prêmio, ou até ganhar parte do prêmio apostado. Portanto, você arriscou uma aposta. Da mesma maneira, investir uma certa quantia de dinheiro em ações podem resultar em lucro ou perda – ou seja, investir no mercado financeiro, mesmo para pessoas experientes, é uma operação de risco. Agora que você compreendeu que a consequência de um risco pode ser tanto positiva como negativa, podemos conceituá-lo de uma maneira geral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

O CONCEITO DE RISCO
ELEMENTOS DO RISCO
RISCO CLÍNICO E RISCO NÃO CLÍNICO

CONCEITO DE GESTÃO DE RISCOS
ELEMENTOS DA GESTÃO DE RISCOS

AULA 2

A LEGISLAÇÃO DE SAÚDE
O PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA DO PACIENTE
NORMAS TÉCNICAS
NORMAS REGULAMENTADORAS
LEGISLAÇÃO E NORMAS APLICADAS A RISCOS ESPECÍFICOS

AULA 3

GESTÃO DE RISCO ALINHADA À MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DAS ORGANIZAÇÕES
GRUPOS DE APOIO À GESTÃO DE RISCOS EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE
INDICADORES DE SAÚDE
ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS
ELABORAÇÃO DE FLUXOGRAMA

AULA 4

O PROCESSO DE GESTÃO DE RISCOS SEGUNDO A ISO 31000
PROCESSO DE MELHORIA CONTÍNUA – CICLO PDCA/PDSA
ANÁLISE DOS AMBIENTES INTERNO E EXTERNO
ANÁLISE SWOT/FOFA
MATRIZ DE RISCO

AULA 5

ESPECIFICAÇÃO DAS ETAPAS DE GESTÃO DE RISCOS SEGUNDO A ISO 31010
O BRAINSTORMING NA IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS
ANÁLISE DE CENÁRIOS
ANÁLISE DE CAUSA E EFEITO
ANÁLISE DE CAUSA E EFEITO: CATEGORIAS DE CAUSAS

AULA 6

ANÁLISE DE CAUSA RAIZ
PROTOCOLO DE LONDRES
ANÁLISE BOWTIE
ANÁLISE FMEA/HFMEA
5W2H/4QS E 1POC

BIBLIOGRAFIAS

- ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR ISO 31000: Gestão de riscos - diretrizes. Rio de Janeiro, 2018.
- LOURENÇO, L.; AMARO, A. (Org.). Riscos e crises: da teoria à plena manifestação. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2018.
- CORRÊA, D. Morre 22ª vítima de incêndio no Hospital Badim, no Rio. Agência Brasil, Rio de Janeiro, 02 dez. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.abc.com.br/geral/noticia/2019-12/morre-22a-vitima-de-incendio-no-hospital-badim-no-rio>.

DISCIPLINA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS E INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA
RESUMO
Com o advento do século XXI, temos uma ruptura teórica e prática na administração pública, passando do Estado dito burocrático para o Estado gerencial. Essa nova abordagem possui também o nome de nova administração pública, como consequência do entendimento de que os modernos Estados não são meramente instrumentos que visem somente à garantia de contratos e da propriedade, mas também que formulem e implementem políticas públicas estratégicas para o cidadão e para a sociedade, tanto na esfera social quanto na tecnológica e na científica. Logicamente, o século XX foi determinado pelas fortes transformações na revolução tecnológica. A internet trouxe radicais mudanças no modo de vida, principalmente na forma como nos comunicamos, interagimos e obtemos informações. Assim sendo, o tema que ganhou notoriedade é inovação, sinalizando que, somado ao conhecimento, desempenha um papel fundamental e relevante na economia moderna.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 INTRODUÇÃO A GESTÃO PÚBLICA EM FAVOR DO CLIENTE HABILIDADES E COMPETÊNCIAS ADMINISTRAR É DECIDIR! DESAFIOS DO SETOR PÚBLICO
AULA 2 INTRODUÇÃO MODELOS DE ESTADO MUNDO DA ADMINISTRAÇÃO: INOVAÇÃO EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO MODELOS DE ESTADO
AULA 3 INTRODUÇÃO O INESPERADO INCONGRUÊNCIAS MUDANÇAS DE PERCEPÇÃO A IDEIA BRILHANTE
AULA 4 INTRODUÇÃO GESTÃO PÚBLICA INTELIGENTE A REFORMA BRASILEIRA CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
AULA 5 INTRODUÇÃO PROJETO INOVAGOV APRENDIZADO COM O INOVAGOV

INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO
O CAMINHO PARA A INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

AULA 6

INTRODUÇÃO

TENDÊNCIAS PARA O SETOR PÚBLICO

A PROLIFERAÇÃO DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO: BASES E EFEITOS

MAIS SOBRE INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

INOVAÇÃO COMO UM IMPERATIVO

BIBLIOGRAFIAS

- MELLO, S. M. M. Inovação no Setor Público - O Programa de Educação Fiscal na Secretaria de Fazenda de Minas Gerais. TecHoje, [s.d.]. Disponível em: http://www.techoje.com.br/site/techoje/categoria/detalhe_artigo/575.
- GESTÃO pública de excelência. O Alfinete Digital, 17 jun. 2017. Disponível em: <https://www.oalfinete.com/artigo/gestao-publica-de-excelencia>.
- TAMURA, A. A vã inovação no setor público. 2017. Disponível em: <http://www.wegov.net.br/inovacao-no-setor-publico>.

DISCIPLINA:

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

RESUMO

O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e os seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as informações e o conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPOSTA POR TIC

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL

SEGURANÇA DA TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS

AULA 2

INTRODUÇÃO

GESTÃO DE RISCOS

OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS

TRATAMENTO DOS RISCOS

GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

AULA 3

INTRODUÇÃO

ÁREAS DE CONTROLE

CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO
PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO
CRIPTOGRAFIA SIMÉTRICA
CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA
ASSINATURA DIGITAL
INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

AULA 5

INTRODUÇÃO
MONITORAMENTO DE TRÁFEGO
REDES PRIVADAS
MALWARE
INVASÃO DE PRIVACIDADE

AULA 6

INTRODUÇÃO
GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO
PRINCÍPIOS ÉTICOS

BIBLIOGRAFIAS

- FONTES, E. Segurança da informação. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. KIM, D. Fundamentos de segurança de sistemas de informação. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
- KOLBE Jr. A. Sistemas de segurança da informação na era do conhecimento. Curitiba: InterSaber, 2017.
- SILVA, A. O que é TI (Tecnologia da Informação)? Adam Silva, Santo André, 19 mar. 2015. Disponível em <http://www.adamsilva.com.br/tecnologia/o-que-eti/#ixzz4yzh7smju>.

DISCIPLINA:

LIDERANÇA NAS ORGANIZAÇÕES

RESUMO

Iniciamos a disciplina abordando conceitos e história da saúde no Brasil, considerando a linha histórica desde a formação dos sistemas de saúde até os dias atuais, as legislações os programas de qualificação dos serviços.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONCEITOS E HISTÓRIA EM PLANEJAMENTO DE SAÚDE
O PLANEJAMENTO EM SAÚDE - SUS
O PLANEJAMENTO EM SAÚDE - ANVISA E ANS
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
MISSÃO, VISÃO E VALORES ORGANIZACIONAIS

AULA 2

NÍVEIS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
CONTEXTUALIZANDO
ANÁLISE SWOT
BALANCED SCORE CARD (BSC)
PERSPECTIVAS DO BSC
O SISTEMA GERENCIAL EM SAÚDE

AULA 3

CONCEITOS E OBJETIVOS
A EPIDEMIOLOGIA NA PRÁTICA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
NÍVEIS DE ATENÇÃO À SAÚDE
A EPIDEMIOLOGIA E A ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE
PROPÓSITOS DA EPIDEMIOLOGIA

AULA 4

GESTÃO ESTRATÉGICA PARA O PLANEJAMENTO EM ORGANIZAÇÕES DE SAÚDE
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
ALINHANDO O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COM OS SISTEMAS DE
INFORMAÇÃO
LIDERANÇA E EMPREENDEDORISMO

AULA 5

GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA EM SAÚDE
CONTRATAÇÃO E CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE
O PÚBLICO E O PRIVADO NA SAÚDE
MIX PÚBLICO E PRIVADO NO SISTEMA DE SAÚDE BRASILEIRO
A ASSISTÊNCIA INTERDISCIPLINAR COMO ESTRATÉGIA DE SAÚDE

AULA 6

PLANEJAMENTO EM SAÚDE POR CARLOS MATUS
PASSOS PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES EM SAÚDE – DEFINIÇÃO DE
TERRITÓRIO E SITUAÇÃO
MONITORAÇÃO E AVALIAÇÃO EM SAÚDE: PROCESSO
MONITORAÇÃO E AVALIAÇÃO EM SAÚDE: RESULTADO

BIBLIOGRAFIAS

- VECINA NETO, G.; MALIK, A. M. Gestão em saúde. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/>.

- ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/>.

DISCIPLINA:
CONTROLADORIA

RESUMO

Nos últimos anos, muitos estudos têm se dedicado a explorar os principais aspectos da controladoria, no entanto você deve estar se perguntando como ela surgiu. Você conhece a história da controladoria? A origem da controladoria está ligada de forma direta ao processo de evolução dos meios sociais e de produção que ocorreram com a Revolução Industrial (desde o século XVIII). Dentre os fatores responsáveis pela origem da controladoria, cita-se: “Aumento em tamanho e complexidade das organizações; globalização física das empresas; crescimento nas relações governamentais com negócios das companhias; aumento no número de fontes de capital” (Schmidt; Santos; Martins, 2014, p. 1). O primeiro fator é talvez um dos mais impactantes no modelo de gestão das organizações: as grandes empresas passaram por diversas modificações no que tange a sua estrutura, devido às mudanças nos processos de produção estimulada pela Revolução Industrial. Com ela, a natureza dos negócios mudou, surgiram grandes empresas, e, com a construção da estrada de ferro nos Estados Unidos (século XIX), tornou-se possível o aumento da produtividade devido ao aumento da demanda de produtos (Schmidt; Santos; Martins, 2014). Assim, com o aumento físico das empresas, juntamente com a ampliação da demanda, houve a necessidade de criação de mecanismos de acompanhamento e gestão dessas novas instituições.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

CONTROLADORIA

PAPEL DA CONTROLADORIA NO PROCESSO DE GESTÃO

CONTROLADORIA COMO ÓRGÃO EMPRESARIAL

RAMO DE CONHECIMENTO E O PROFISSIONAL DE CONTROLADORIA

AULA 2

INTRODUÇÃO

ESTILO DE GESTÃO

PROCESSO DE GESTÃO E MODELO DE DECISÃO

MODELO DE INFORMAÇÃO

MODELO DE MENSURAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

CONTABILIDADE GERENCIAL

CONTABILIDADE FINANCEIRA

CONTABILIDADE, FISCO E LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS E A ANÁLISE ATRAVÉS DE INDICADORES

ECONÔMICO-FINANCEIROS

AULA 4

INTRODUÇÃO

ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO OPERACIONAL

ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

VANTAGEM DO USO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

AULA 5

INTRODUÇÃO
LIMITAÇÕES DO ORÇAMENTO
PLANEJAMENTO ECONÔMICO
PLANEJAMENTO FINANCEIRO
PLANEJAMENTO DE CAPITAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
BENEFÍCIOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL
SISTEMA DE INFORMAÇÃO EM CONTROLADORIA
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO EMPRESARIAL (SIGE)
ASPECTOS GERAIS DE BALANCED SCORECARD

BIBLIOGRAFIAS

- FIGUEIREDO, S.; CAGGIANO, P. C. Controladoria: teoria e prática. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- OLIVEIRA, L. M.; PEREZ JUNIOR, J. H.; SILVA, C. A. S. Controladoria estratégica: textos e casos práticos com solução. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L.; MARTINS, M. A. S. Manual de controladoria. São Paulo: Atlas, 2014.

DISCIPLINA:

GESTÃO DE PESSOAS - FOCO EM GESTÃO PÚBLICA

RESUMO

O curso de gestão de pessoas na área pública compreende vários aspectos, dentre eles: tendências e desafios na era digital; carreira do servidor público; gestão de pessoas no setor público e gestão de talentos; gestão de talentos como instrumento para a melhoria de desempenho; gestão de talentos como instrumento para a transformação e política governamental para gestão de pessoas. Todos eles serão abordados nesta disciplina

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

IMPACTOS: GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL
GESTÃO DE PESSOAS NA ERA DIGITAL
FATOR HUMANO
HABILIDADES NA GESTÃO DE PESSOAS
PRINCIPAIS DESAFIOS DA GESTÃO PÚBLICA

AULA 2

CARTA IBERO-AMERICANA DA FUNÇÃO PÚBLICA
ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 1
ESTATUTO DO SERVIDOR PÚBLICO (LEI N. 8.112/1990) – PARTE 2
CÓDIGO DE ÉTICA (DECRETO N. 1.171/1994), VEDAÇÃO AO NEPOTISMO (SÚMULA VINCULANTE N. 13) E PROCESSO DISCIPLINAR (LEI N. 8.112/1990)
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

AULA 3

GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO: DESAFIOS E TENDÊNCIAS
GESTÃO DE TALENTOS
DO CONCURSO PÚBLICO À INTEGRAÇÃO
RECOMPENSAR E DESENVOLVER
MANTER E AVALIAR

AULA 4

CONSTRUÇÃO DE UM MODELO GERENCIAL
GESTÃO DE COMPETÊNCIA
GESTÃO DO CONHECIMENTO
COMPORTAMENTO E MOTIVAÇÃO
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

AULA 5

TRANSFORMAÇÃO ORGANIZACIONAL
LIDERANÇA (PARTE I)
LIDERANÇA (PARTE II)
COACHING
INOVAÇÃO

AULA 6

INTRODUÇÃO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESTRATÉGIA PARA DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS (IPEA)
POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS
PLANO DE CAPACITAÇÃO

BIBLIOGRAFIAS

- Carta Iberoamericana de Calidad en la Gestión Pública. X Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado. San Salvador, El Salvador, 26 y 27 de junio de 2008.
- Carta Iberoamericana de la Función Pública. V Conferencia Iberoamericana de Ministros de Administración Pública y Reforma del Estado. Santa Cruz, Bolivia, 26 y 27 de junio de 2003.
- CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2010.

DISCIPLINA:

SAÚDE, TRABALHO E ADOECIMENTO NAS ORGANIZAÇÕES

RESUMO

Neste material serão abordados: evolução histórica do trabalho, conceituação, movimentos sociais, sentido e significado do trabalho, saúde coletiva, política nacional da saúde do trabalhador, assédio moral, transtornos mentais e nexos causais com o trabalho. Aspectos clínicos da saúde do trabalhador: principais transtornos mentais: síndrome do esgotamento profissional burnout, depressão, ansiedade entre outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO – A TRANSFORMAÇÃO DO SIGNIFICADO
O TRABALHO NA PRÉ-HISTÓRIA

O TRABALHO NA HISTÓRIA
O TRABALHO NA IDADE MODERNA

AULA 2

INTRODUÇÃO

A ALIENAÇÃO AO TRABALHO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS X O PAPEL DO ESTADO
MOVIMENTOS SOCIAIS E OS PRIMEIROS SINDICATOS
A CRIAÇÃO DAS PRIMEIRAS LEIS TRABALHISTAS E SUA CONSOLIDAÇÃO
POR QUE A PSICOLOGIA DEVE ESTUDAR O TRABALHO?

AULA 3

INTRODUÇÃO

CUIDAR DA SAÚDE DE QUEM TRABALHA É UM DIREITO SOCIAL
ÁREA DA SAÚDE DO TRABALHADOR
DESAFIOS NA PRÁTICA DA POLÍTICA DA SAÚDE DO TRABALHADOR
SAÚDE DO TRABALHADOR: ASPECTOS PÚBLICOS

AULA 4

INTRODUÇÃO

CONCEITOS DE DOENÇA E SAÚDE
FATORES CONDICIONANTES DA SAÚDE
A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO PROFILÁTICO
SAÚDE DO TRABALHADOR

AULA 5

INTRODUÇÃO

PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO
RESPONSABILIDADE DE EMPREGADORES E TRABALHADORES

AULA 6

INTRODUÇÃO

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
SOFRIMENTO NO TRABALHO
INVESTIGAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE
PRINCIPAIS DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO

BIBLIOGRAFIAS

- MORIN, E. M. Os sentidos do trabalho. In: WOOD, T. (Org.). Gestão empresarial: o fator humano. São Paulo: Atlas, 2002.
- MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010.
- PÉREZ, J.; BÁRBARA, A. J. O conceito de liberdade nas teorias políticas de Kant, Hegel e Marx. In: BORON, A. A. (Org.). Filosofia política moderna: de Hobbes a Marx. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.